



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 20, n. 8, art. 8, p. 161-179, ago. 2023

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2023.20.8.8>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



MIAR



A Influência do Marco Cambial no Comércio Exterior

The Influence of the Exchange Market on Foreign Trade

Roseane da Costa Silva

Graduanda em Comércio Exterior pela Faculdade de Tecnologia da Zona Leste

E-mail: roseane.silva01@fatec.sp.gov.br

João Almeida Santos

Doutor Administração pela PUC-SP

Professor titular da Faculdade de Tecnologia da Zona Leste

E-mail: joao.santos256@fatec.sp.gov.br

Endereço: Roseane da Costa Silva

FATECZL - Faculdade de Tecnologia da Zona Leste
Av. Águia de Haia, 2983 - Cidade Antônio Estêvão de
Carvalho, São Paulo - SP, 03694-000, Brasil.

Endereço: João Almeida Santos

FATECZL - Faculdade de Tecnologia da Zona Leste
Av. Águia de Haia, 2983 - Cidade Antônio Estêvão de
Carvalho, São Paulo - SP, 03694-000, Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 23/05/2023. Última versão
recebida em 09/06/2023. Aprovado em 10/06/2023.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O comércio exterior depende de relações diplomáticas, interesse pelo produto ou serviço e, dentre outros, da taxa de câmbio. Quando a taxa está desvalorizada favorece a exportação de um país e quando ela está valorizada prejudica. Para melhorar o desempenho do comércio exterior, pode-se adotar políticas de controle da taxa de câmbio ou estabelecer um Marco Cambial, para dar mais transparência para as transações comerciais e circulação de divisas. Nesse sentido, foi estabelecido 30 de dezembro de 2022 o novo Marco Cambial, com o objetivo de facilitar os negócios do comércio internacional, estabelecer um controle maior na evasão de divisas, evitar o financiamento do narcotráfico e do terrorismo. Este artigo tem por objetivo conhecer o novo Marco Cambial, identificar os reflexos no comércio exterior e no controle de divisas. Para atingir essa proposta, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre temáticas específicas, como: marco cambial, comércio exterior, balança comercial, exportação, importação, por exemplo; dispostas em livros, dissertações, teses, artigos científicos, relatórios do Banco Central, Banco do Brasil. A abordagem da pesquisa é qualitativa, uma vez que procura entender, conhecer suas complexidades, identificar as correlações que explicam o tema. Como resultado, a adoção de um Marco Cambial é importante para a desburocratização, tanto para as pessoas físicas quanto jurídicas nas relações internacionais e comerciais, tornando o processo cambial mais dinâmico. As exigências e fragilidades do mercado globalizado influenciado pela política e a geopolítica são alguns dos desafios que o marco cambial enfrenta.

Palavras-Chave: Marco Cambial. Taxa de Câmbio. Comércio Exterior.

ABSTRACT

Foreign trade depends on diplomatic relations, interest in the product or service and, among others, the exchange rate. When the rate is undervalued, it favors the export of a country and when it is overvalued, it harms. To improve the performance of foreign trade, policies can be adopted to control the exchange rate or establish an Exchange Rate Mark, to provide more transparency for commercial transactions and currency circulation. In this regard, the new Exchange Rate Framework was established on December 30, 2022, with the aim of facilitating international trade, establishing greater control over the evasion of foreign exchange, and preventing the financing of drug trafficking and terrorism. This article aims to get to know the new Exchange Rate Mark, identify the effects on foreign trade and currency control. To achieve this proposal, a bibliographical research was carried out on specific themes such as: exchange rate, foreign trade, trade balance, export, import, for example; arranged in books, dissertations, theses, scientific articles, Central Bank reports, Banco do Brasil. The research approach is qualitative, as it seeks to understand, know its complexities, identify the correlations that explain the theme. As a result, the adoption of an Exchange Rate Framework is important for reducing bureaucracy, both for individuals and companies in international and commercial relations, making the exchange rate process more dynamic. The requirements and weaknesses of the globalized market influenced by politics and geopolitics are some of the challenges that the exchange rate framework faces.

Keywords: Exchange Rate. Exchange Rate. Foreign Trade.

1 INTRODUÇÃO

Todas as economias dependem das relações comerciais para ter mais ou menos divisas, isto é, ter mais dinheiro em moeda forte, ou menos. Desde a convenção de Bretton Woods em 1944, que estabeleceu o câmbio fixo e o dólar americano como parâmetro para todo o comércio internacional, todos os países procuram ter como divisas o dólar americano (MATTEI; SCARAMUZZI, 2016).

Nesse sentido, a taxa de câmbio é um fator decisivo para a exportação e a importação. Quando ela está desvalorizada, a exportação é favorecida e a importação desfavorecida. Quando a taxa de câmbio está valorizada, é a importação que é favorecida e a exportação desfavorecida. ROCHA; CURADO; DAMIANI, 2011).

A taxa de câmbio não é o único fator de influência no comércio exterior. Documentos de importação e exportação, tarifas aduaneiras, barreiras tarifárias e não tarifárias, dentre outros, podem impedir uma fluidez maior na exportação e importação, prejudicando a entrada de divisas, ou seja, a entrada de dólar, tão importante para o país equilibrar o seu orçamento (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Sendo assim, estabelecer regras que desburocratize ao máximo o comércio exterior contribui para o aumento das exportações e importações, fortalecendo, dessa forma, as relações comerciais e políticas de um país. Um passo para reduzir essa desburocratização e para o estabelecimento de regras mais claras e simples para fluir o comércio foi dado pelo novo Marco Cambial do Brasil.

O Novo Marco Cambial é fundamental na consolidação da legislação do mercado de câmbio e de capitais, captados no Brasil e no exterior. Ele é regulado e supervisionado pelo Banco Central (BC) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); é um balizador importante nas negociações e relações internacionais, sendo instrumento fundamental para o Comércio Exterior (BANCO CENTRAL, 2023).

Muito pouco se sabe sobre o impacto das reduções das estruturas jurídicas e operacionais no mercado de câmbio com as novas regras que o novo Marco Cambial traz. Os desafios estimulados são a concorrência entre as empresas e agentes do mercado de câmbio. Portanto, é importante analisar o quanto isso afeta de fato o controle e a aplicação das responsabilidades quanto às instituições financeiras.

A velocidade com que acontecem as negociações internacionais e a mesma intensidade no consumo aumentam a necessidade por mais bens e serviços vindos de diversas partes do mundo. Nesse sentido, desburocratizar e viabilizar o processo de exportação e importação

tornou-se elemento fundamental para um país manter seu poder geopolítico no mundo (SILVA; FREITAS; MATTOS, 2016).

Para acompanhar o processo do mercado de capitais, é preciso acompanhar o mercado de câmbio e as oscilações da moeda, que influenciam nas compras realizadas no exterior, investimentos, viagens internacionais, investimentos diretos realizados por empresas estrangeiras no Brasil, dentre outras influências (FERREIRA, 2005).

Isso Posto, o objetivo deste artigo é identificar a influência do novo Marco Cambial no Comércio exterior, respondendo a questões sobre a vantagem ou não para a exportação e importação; o favorecimento de entrada de divisas fortes para o país. Outros elementos como a inflação, taxa de juros, investimentos diretos, por exemplo, entram como desdobramentos na conjuntura econômica.

Para atingir esse objetivo, alguns dos temas discutidos são: descrição do Novo Marco cambial, comércio exterior, taxa de câmbio, balança comercial brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Comercio Exterior

No contexto atual, um país depende de outro, quer seja para satisfazer sua população com bens e serviços importados ou armamentos para sua defesa ou moeda para equilibrar seu orçamento. Nesse sentido, o comércio internacional torna-se preponderante nas relações entre as nações. Por definição, o Comércio Exterior refere-se às transações comerciais que ocorrem entre diferentes países. É o processo de compra e venda de bens e serviços através das fronteiras nacionais; basicamente, envolve a importação e exportação de produtos entre nações (SILVA *et. al.*, 2018).

Quando um país vende seus produtos para outros países, isso é chamado de exportação. Por exemplo, se um país A produz computadores e vende para o país B, isso é uma exportação do país A. As exportações são geralmente impulsionadas pela disponibilidade de produtos de qualidade, vantagens competitivas, demanda externa, acordos comerciais, dentre outros aspectos de interesse desse comércio.

Por outro lado, quando um país compra produtos de outros países, isso é chamado de importação. Seguindo o exemplo da exportação de computadores, se o país B comprá-los do país A, isso é uma importação para o país B. As normas gerais ocorrem quando um país não

produz certos bens ou serviços em quantidade suficiente ou quando é mais econômico comprar de outros países (ROCHA; CURADO; DAMIANI, 2011).

O comércio exterior desempenha um papel importante na economia global, permitindo que os países obtenham produtos que não estão disponíveis internamente, diversifiquem sua oferta de produtos, explorem vantagens comparativas e estimulem o crescimento econômico. As trocas comerciais entre países podem envolver o pagamento em moedas diferentes e podem ser regidas por acordos e regulamentações comerciais.

Ressalta-se que os governantes desempenham um papel na regulação do comércio exterior, estabelecendo políticas e acordos comerciais, aplicando tarifas e barreiras alfandegárias, facilitando o fluxo de mercadorias através das fronteiras e promovendo relações comerciais saudáveis entre os países. Nesse sentido, o governo brasileiro lançou em 30/12/2022 o Novo Marco Cambial, que, dentre outros objetivos, visa facilitar as operações de comércio exterior.

Em resumo, o comércio exterior é a compra e venda de bens e serviços entre países, através da exportação e importação, com o objetivo de satisfazer as necessidades de diferentes nações, promover o crescimento econômico e fortalecer as relações comerciais internacionais.

2.2 Taxa Cambial

A taxa de câmbio é o valor de uma moeda em relação a outra moeda. Fazendo um paralelo com a definição dada por Leontief, economista russo radicado nos Estados Unidos, e que foi Prêmio Nobel de Economia em 1973, a moeda é a mercadoria que serve de equivalente geral para todas as mercadorias. Sendo assim, a moeda de outro país é uma mercadoria que assume um preço, então, ambas possuem preço relacionado determinado por uma taxa de câmbio (NOGAMI, 2012).

Logo, é quanto de uma moeda é necessário para comprar uma certa quantidade da outra moeda. Por exemplo, se a taxa de câmbio entre o dólar americano (USD) e o euro (EUR) for 1,20, isso significa que 1 dólar americano equivale a 1,20 euros.

A taxa de câmbio é influenciada por vários fatores, como a oferta e demanda por uma determinada moeda, as condições de ânimo e políticas do país e as expectativas dos investidores. Quando muitas pessoas querem comprar uma moeda específica, sua demanda aumenta e, por conseguinte, seu valor em relação às demais moedas também aumenta.

As taxas de câmbio têm um impacto significativo em várias áreas, como nas de comércio internacional e turismo. Se a taxa de câmbio de um país diminuir, sua moeda fica

mais barata em relação a outras moedas estrangeiras. Isso pode tornar as exportações do país mais baratas e competitivas, pois os produtos tornam-se mais acessíveis aos compradores estrangeiros. Por outro lado, as bandeiras tornam-se mais caras, pois agora você precisa de mais moeda local para comprar a mesma quantidade de bens estrangeiros.

As taxas de câmbio também preencheram os viajantes. Se a moeda do país de destino estiver mais valorizada, a viagem torna-se mais cara. Por exemplo, se você estiver viajando para um país com uma taxa de câmbio desfavorável, precisará de mais moeda local para comprar coisas básicas, como comida e hospedagem.

As taxas de câmbio podem flutuar ao longo do tempo devido a vários fatores psicológicos. É por isso que é importante acompanhar as taxas de câmbio, especialmente se você estiver envolvido em compras internacionais ou planejar uma viagem para outro país. As instituições financeiras e os bancos geralmente fornecem informações atualizadas sobre as taxas de câmbio, para que você possa ter uma ideia do valor de sua moeda em relação a outras moedas.

A desvalorização ocorre quando a moeda perde valor em relação a outras moedas estrangeiras. Isso significa que a quantidade de moeda local necessária para comprar a mesma quantidade de moeda estrangeira aumenta. Isso é decorrente da demanda da oferta e procura da moeda, da política monetária do país, da balança comercial, das condições políticas e econômicas e dos fatores externos como as condições econômicas dos outros países. A desvalorização da moeda torna as exportações do país mais competitivas, uma vez que os produtos e serviços tornam-se mais baratos para os compradores estrangeiros e aumentam os custos das importações, levando a um aumento dos preços internos e à inflação. Além de tornar a dívida externa mais cara de ser paga, caso a dívida seja denominada em moeda estrangeira (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

2.3 Regime de câmbio – Legislação Brasileira

Durante os anos 1930, muitos países adotaram regimes de câmbio fixo, nos quais as taxas de câmbio eram fixadas em relação a uma moeda estrangeira, geralmente o dólar americano ou a libra esterlina. Essa estabilidade cambial proporcionava previsibilidade e facilitava as transações de comércio internacional (LAAN; CUNHA; FONSECA, 2012).

Para garantir a estabilidade da taxa de câmbio e evitar a fuga de capitais, muitos países implementaram controles cambiais. Esses controles restringiam a conversibilidade da moeda

nacional em moeda estrangeira, limitavam a quantidade de moeda estrangeira disponível para os agentes econômicos e regulavam as transações internacionais (SICSÚ, 2009).

Um dos principais objetivos da política cambial nos anos 1930 era promover a industrialização em substituição a importações. Essa estratégia visava reduzir a dependência de bens manufaturados importados, estimulando a produção interna desses bens. Para isso, a política cambial era utilizada para tornar as importações mais caras, por meio da desvalorização da moeda nacional em relação às moedas estrangeiras.

Além da política cambial, o protecionismo comercial também desempenhou um papel importante na promoção da industrialização nos anos 1930. Altas tarifas de importação foram impostas para tornar os produtos importados menos competitivos em relação aos produtos domésticos. Essa política protecionista visava criar um ambiente favorável para o crescimento da indústria nacional (LUPORINI, 2016).

Os pilares institucionais da política cambial brasileira são uma estratégia mais ampla de desenvolvimento econômico e de industrialização. Essas políticas ajudam a impulsionar a produção doméstica, fomentar o crescimento da indústria local e reduzir a dependência de produtos importados, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil.

O Banco Central do Brasil desempenha um papel fulcral na implementação da política cambial. Ele é responsável por administrar e controlar a taxa de câmbio bem como por intervir no mercado cambial para garantir a estabilidade e a liquidez (FERREIRA, 2005).

O regime cambial estabelece as regras e diretrizes para determinar a taxa de câmbio. Existem diferentes regimes cambiais, como câmbio fixo, câmbio flutuante e câmbio atrelado. Cada regime tem implicações diferentes para a política cambial e para a economia como um todo.

Os controles cambiais são medidas adotadas pelo governo para regular o fluxo de moeda estrangeira dentro do país. Isso pode incluir restrições à compra e venda de moeda estrangeira, limitações na transferência de recursos para o exterior e regulação de transações internacionais.

O governo ou o Banco Central podem intervir no mercado cambial comprando ou vendendo moeda estrangeira para influenciar a taxa de câmbio. Essa intervenção é realizada para manter a estabilidade cambial e evitar movimentos bruscos e voláteis.

A política cambial está intrinsecamente ligada à política monetária. As decisões relacionadas à taxa de juros, oferta monetária e inflação podem afetar a taxa de câmbio e vice-versa. Portanto, a coordenação entre a política cambial e a política monetária é essencial para

manter a estabilidade macroeconômica (MARQUETTI; MALDONADO FILHO; MIEBACH; MORRONE, 2023).

2.3.1 Tipos de liquidação de câmbio

Imediata: entende-se como liquidação no mesmo dia, não há prorrogações;

Liquidação: entende-se que a liquidação pode ocorrer dentro de dois dias úteis após o dia do seu fechamento.

Futura: entende-se que a liquidação será dentro de um prazo estipulado entre as partes, fora das condições de liquidação pronta ou imediata. Podem ser prorrogadas, dependendo da situação do negócio que gerou a operação de câmbio.

2.4 Novo Marco Cambial

O conceito Novo Marco Cambial refere-se ao conjunto de regras para as pessoas físicas e jurídicas operarem no mercado de moeda, tanto na compra como na venda desse ativo. Ele foi estabelecido no dia 30/12/2022 quando foi publicada a Lei 14286 de 2021.

Diversas consultas públicas foram necessárias para chegar a uma redação final, ser sancionado e publicado para entrar em vigor. As consultas públicas foram sintetizadas nesse item como parte do embasamento teórico.

2.5 CPs (Consultas Públicas) 90, 91, 92, 93

As instituições e órgãos responsáveis discutiram a CP (Consulta Pública) 90/2022 e aprovaram a Lei 14.286/21, sancionada em 29 de dezembro de 2021, com início de vigência em 30 de dezembro de 2022. A Lei nº 14.286/2021 é um mecanismo criado para facilitar as transações em moedas estrangeiras tanto para pessoas físicas quanto jurídicas. Foi aprovada com o intuito de simplificar e desburocratizar as regras e procedimentos nas operações de câmbio com o objetivo de aumentar a eficiência da competitividade da economia brasileira. É regida pelas políticas cambiais do Banco Central, destinadas a equilibrar o funcionamento da economia através de alterações da taxa de câmbio e dos controles das operações cambiais e tem ênfase na política robusta de KYC (Know Your Customer), que visa preparar o país para o ingresso na OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, acelerar os passos para a conversibilidade do Real, PIX internacional, CBDC (Central Bank Digital

Currency), etc. As instituições financeiras têm o ano de 2023 para se adequarem às novas regras (SENADO 2023).

A partir das CPs (Consultas Públicas) 90, 91, 92, 93, foi discutida a simplificação cambial e sancionado o Novo Marco Cambial. O Banco Central do Brasil adaptou a regulamentação cambial aos novos códigos de classificação das operações de câmbio e fez diversas adaptações na regulamentação vigente. Essas modificações estão contidas em quatro Circulares (3.688, 3.689, 3.690 e 3.691), com vigência a partir de 03/02/2014, as quais substituem o RMCCI - Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais do Bacen (BANCO CENTRAL, 2023).

CP – Consulta Pública 90/2022: divulga propostas de atos normativos destinados a regulamentar os aspectos relacionados ao mercado de câmbio no tocante à Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021.

- Ampliação das competências, atribuições e responsabilidades do Banco Central.
- Concessão de tratamento a não residentes similar ao dispensado a residentes no País.
- Vedação de exigência de dados e documentos disponíveis em bases públicas ou privadas por parte das instituições autorizadas a operarem no mercado de câmbio.
- Permissão para manter livremente no exterior os recursos em moeda estrangeira decorrentes de exportações.
- Elevação do limite para porte de espécie na saída do país de R \$10.000,00 mil reais para US \$10.000.00 mil dólares.
- Livre transação de moeda estrangeira em espécie entre pessoas físicas até o limite de USD \$500,00 dólares, de forma eventual e não profissional.

CP – Consulta Pública 91/2022: divulga proposta de ato normativo destinado a regulamentar aspectos relacionados ao capital estrangeiro no país, nas operações de investimento estrangeiro direto e de crédito externo, bem como a prestação de informações ao Banco Central do Brasil, conforme a Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021.

- Regras mais simples e concisas, com exclusão de requerimentos não mais necessários.
- Prestação de informações ao BCB relativas a crédito externo e a investimento estrangeiro direto apenas para conjunto limitado de operações, considerando faixas de valores e condições específicas.
- Fim da exigência da prestação de informações ao BCB de contratos entre residentes e não residentes, referentes ao uso ou cessão de patentes, de marcas de indústria ou de comércio, fornecimento de tecnologia, bem como os relacionados à prestação de

serviços técnicos e assemelhados, ao arrendamento mercantil operacional externo e ao aluguel e afretamento.

- Fim da restrição a remessas ao exterior para pagamentos de principal e juros nas operações de crédito externo em que não houver ingresso de recursos no País, ao mesmo tempo em que passa a requisitar a prestação de informações a respeito das operações de crédito externo com recursos não ingressados, dentro de determinados critérios.
- Utilização de critérios de proporcionalidade para estabelecer os requerimentos de prestação de informações, considerando, para tanto, os valores, as características e as finalidades das operações de crédito externo e de investimento estrangeiro direto.

CP – Consulta Pública 92/2022: divulga proposta de resolução do Banco Central que aprimora os procedimentos para cálculo do requerimento de capital das exposições ao risco de crédito, mediante sistemas internos de classificação do risco de crédito (abordagens IRB) (RWACIRB), de que trata a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, em substituição à Circular nº 3.648, de 4 de março de 2013.

CP – Consulta Pública 93/2022: divulga proposta de ato normativo destinado a regulamentar aspectos relacionados a capital brasileiro no exterior, conforme a Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021. (Ainda não divulgada, nessa data, pois as regras juntamente com as resoluções do Banco Central foram divulgadas em 30/12/2022) - sobre capitais brasileiros no exterior.

I. A manutenção dos pisos declaratórios e periodicidade das declarações atualmente vigentes para a prestação de informações do capital brasileiro no exterior.

II. A consolidação de normas e a simplificação de regras e requerimentos, incorporando avanços trazidos na nova lei.

III. A possibilidade de aplicar o capital em qualquer modalidade regularmente praticada no mercado internacional.

IV. A necessidade de que as operações de capitais brasileiros no exterior tenham fundamentação econômica, devendo as entidades sujeitas a regulamentação setorial específica observar, adicionalmente, os requisitos regulatórios próprios na aplicação de capital brasileiro no exterior.

V. As disposições para prestação de informações de capitais brasileiros no exterior ao BC.

2.6 Resoluções do Banco Central do Brasil (BCB) da Lei 14.286/21

A Lei nº 14.286/21, no artigo primeiro, aponta que: “Esta Lei dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no país e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil, para fins de compilação de estatísticas macroeconômicas oficiais”. Para regulamentar essa Lei, o Banco Central do Brasil (BCB) publicou, em 31/12/2022, seis resoluções:

RESOLUÇÃO BCB Nº 277: regulamenta em relação ao mercado de câmbio e ao ingresso no país e à saída do país de valores em reais e em moeda estrangeira, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO BCB Nº 278: regulamenta em relação ao capital estrangeiro no país, nas operações de crédito externo e de investimento estrangeiro direto, bem como a prestação de informações ao Banco Central do Brasil.

RESOLUÇÃO BCB Nº 279: dispõe sobre o capital brasileiro no exterior.

RESOLUÇÃO BCB Nº 280: regulamenta em relação à definição de residente e de não residente a ser aplicada para pessoas físicas e jurídicas.

RESOLUÇÃO BCB Nº 281: regulamenta em relação ao capital estrangeiro no País, nas operações de crédito externo e de investimento estrangeiro direto, bem como a prestação de informações ao Banco Central do Brasil.

RESOLUÇÃO BCB Nº 282: dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, visando à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento do terrorismo, previsto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016.

3 METODOLOGIA

Fontes bibliográficas exploratórias e descritivas sobre temas específicos, como: taxa de câmbio, marco cambial, comércio exterior; publicadas em artigos científicos, teses, dissertações, livros.

A pesquisa exploratória visa conhecer o objeto da pesquisa, entender, analisar e identificar os principais elementos que corroboram a proposta do artigo. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica procura identificar conteúdos que mostrem a influência do marco cambial no comércio exterior.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Novo Marco Cambial

O Novo Marco Cambial visa promover conexões com o comércio internacional, investimentos estrangeiros, sistema financeiro e o turismo. Portanto, tais conexões existem entre países para o fortalecimento das CGVs (Cadeias Globais de Valor), mostrando ser uma alternativa para melhorar o ambiente de negócios no Brasil e para inseri-lo em um cenário internacional global.

Pessoas físicas participam do mercado cambial estrangeiro, quando fazem turismo e trocam suas moedas nacionais pela moeda estrangeira. Com a nova legislação, uma das mudanças para as pessoas físicas é a elevação do limite para porte de espécie na saída do país de R \$10.000,00 mil reais para US \$10.000.00 mil dólares para pessoas físicas, em viagens internacionais, e a livre circulação para as pessoas físicas do limite de US \$500,00 dólares por operação. Isso possibilita uma maior movimentação de capitais e facilita o controle de entrada e saída de divisas do país em viagens internacionais, por exemplo (BANCO CENTRAL, 2023).

Ainda, segundo o Banco Central, outra mudança proposta por esse novo Marco Cambial é a concessão de tratamento a não residentes, similar ao dispensado a residentes no país. Os não residentes são aqueles que estão no país, muitas vezes prestando serviço em empresas multinacionais ou serviços de manutenção ou uma atividade temporária e recebem pagamento para essas atividades. Logo, esses não residentes movimentam recursos no território nacional e fazem transferências para o exterior.

A nova Lei permite a abertura de contas em reais no exterior para residentes e não residentes. As contas em moedas estrangeiras no país são permitidas para as corretoras, administradoras de Cartão de Crédito, seguradoras, operadoras de turismo, bancos e os segmentos de energia, petróleo e gás, mediante a realização de parcerias com os bancos internacionais. Isso melhora a dinâmica dos negócios, visto que são setores estratégicos econômicos fundamentais para o desenvolvimento do país. Em 2023, o BIS (Bank for International Settlement), responsável pela supervisão bancária, anunciou os passos para o lançamento do PIX internacional que já está em operação e em fase de teste (SENADO, 2023).

A política monetária do Novo Marco Cambial foi implementada para regular a taxa de câmbio da moeda brasileira em relação a outras moedas estrangeiras. As especificidades do novo marco cambial e os objetivos políticos, econômicos e comerciais do país são fatores determinantes para as intervenções diretas no mercado de câmbio e nas políticas monetárias, como ajuste das taxas de juros.

Contudo, a política monetária regula a taxa de câmbio com a finalidade de assegurar a estabilidade cambial, competitividade internacional, controle da inflação, atração de investimento estrangeiros e gestão de reservas cambiais.

O mercado cambial estrangeiro acontece através do comércio monetário internacional e os principais atores são os bancos comerciais que realizam negociações interbancárias, as corporações que se envolvem no comércio internacional, instituições financeiras não bancárias (como empresas de gestão de ativos e companhias de seguro) e bancos centrais. Tais atores são legalmente responsáveis pela venda e compra de moeda estrangeira (SILVA; FREITAS; MATTOS, 2016).

Isso pode acontecer por causa da valorização do câmbio que gera uma pressão nas importações, uma vez que fica mais barato importar do que comprar no mercado interno. Como nesse processo de valorização do câmbio a exportação diminui, logo, haverá falta de dólares e subsequentemente nova pressão para uma desvalorização cambial. Enfim, esta pesquisa aponta que é preciso monitoramento para evitar sobressaltos de valorização e desvalorização cambial.

O grande objetivo deste marco é estabilizar o comércio exterior e trazer segurança para a manipulação de divisas em processos de investimentos diretos de empresas estrangeiras no país, despesas no exterior por turistas brasileiros e o controle da sobra de moeda estrangeira quando retornam do exterior (FERREIRA, 2005).

4.2 Influência no Comércio Exterior

O comércio exterior gera benefícios para o país conforme ocorre o aumento das exportações, uma vez que a entrada de moeda estrangeira permite a importação de máquinas e equipamentos que ajudam no aumento da produtividade. Esses recursos que entram na economia permitem manter o equilíbrio nos preços e ampliar a qualidade dos produtos para exportação e para o mercado interno com as novas máquinas importadas, por exemplo (NOGAMI, 2012).

As influências do Marco Cambial no comércio exterior de um país são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Influência do Marco Cambial no comércio exterior

Influência	Análise
Balança comercial	A combinação dos efeitos mencionados acima pode influenciar a balança comercial de um país. Se as exportações aumentam e as importações diminuem devido ao marco cambial, o país pode experimentar um superávit comercial, ou seja, as exportações são maiores do que as importações. Isso pode beneficiar a economia do país, pois aumenta suas reservas de moeda estrangeira e estimula o crescimento econômico.
Flutuações nos fluxos de comércio	Em um regime de taxa de câmbio fixa, as flutuações cambiais são limitadas. Isso significa que as empresas envolvidas no comércio exterior podem planejar suas transações com mais certeza em termos de custos e receitas. No entanto, se ocorrerem mudanças na taxa de câmbio fixa, como a desvalorização repentina da moeda, isso pode ter um impacto significativo nas transações comerciais e na lucratividade das empresas.
Riscos de desequilíbrio econômico	O marco cambial fixo pode criar riscos de desequilíbrio econômico para um país. Se a taxa de câmbio fixa não refletir adequadamente os fundamentos econômicos, como a inflação ou as condições de mercado, podem surgir pressões inflacionárias ou dificuldades para manter a estabilidade econômica. Isso pode exigir ações adicionais, como intervenções do governo ou ajustes na política monetária, para evitar desequilíbrios prejudiciais à economia.
Importações mais caras	Por outro lado, um marco cambial fixo pode tornar as importações mais caras. Se a taxa de câmbio fixa é artificialmente valorizada em relação a outras moedas, isso significa que o país precisa pagar mais por bens e serviços importados. Isso pode levar a uma redução nas importações, pois se tornam menos atrativas devido ao custo mais elevado.
Competitividade das exportações	Se um país fixa sua taxa de câmbio em um nível mais baixo em relação a outras moedas, como o dólar americano, por exemplo, suas exportações tornam-se mais competitivas no mercado internacional. Isso ocorre porque os produtos produzidos no país tornam-se relativamente mais baratos para os compradores estrangeiros, impulsionando as exportações.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Senado (2023); Banco Central (2023); Lei 14.286

É importante ressaltar que os efeitos do marco cambial no comércio exterior podem variar dependendo das circunstâncias econômicas e das políticas adotadas pelo país. Além disso, diferentes países podem ter diferentes abordagens em relação ao regime cambial, como taxas de câmbio flutuantes ou controladas, que também podem influenciar o comércio exterior (MARQUETTI; MALDONADO FILHO; MIEBACH; MORRONE, 2023).

Ademais, segundo esses autores, o crescimento econômico que é o aumento da produção de bens e serviços medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) é influenciado pela taxa de câmbio apreciada e depreciada. Na primeira situação, câmbio apreciado, a importação é beneficiada, logo, o país pode aproveitar para importar máquinas e equipamentos que serão empregados no processo de produção. Quando inverte, taxa de câmbio depreciada, a exportação aumenta, logo, a entrada de divisas aumenta e o país pode manter o equilíbrio no seu orçamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo foi identificar as mudanças geradas pelo Novo Marco Cambial que refletem no Comércio Exterior. Nesse sentido, os dados apresentados mostram que a colocação em prática desse novo marco pode gerar vantagens para o Comércio Exterior, em função da regulamentação no uso de recursos pelas pessoas físicas e jurídicas.

O novo Marco Cambial tem a proposta de gerar resultados positivos para o Brasil, por meio da entrada de divisas pela Balança Comercial e pelo fortalecimento da moeda brasileira em relação ao dólar, principalmente. Como em toda proposta de mudança que diz respeito às novas políticas de relação cambial, podem surgir efeitos negativos com o fortalecimento excessivo da moeda brasileira, logo, o resultado da Balança Comercial pode ser negativo (BITTENCOURT; CAMPOS, 2014).

A influência do Novo Marco Cambial no comércio exterior foi o objetivo desta pesquisa. Como resultado nota-se que o estabelecimento de regras para o mercado de câmbio favorece o comércio exterior com possibilidades de aumento das exportações, equilíbrio na balança comercial, dentre outros efeitos citados no Quadro 1.

Essas regras não estão relacionadas ao controle do câmbio no sentido de fixar valor, ou seja, atuar com taxa fixa que traria efeitos mais negativos ao comércio exterior, visto que o país mantém boas relações comerciais com o mundo. Por outro lado, deixar o mercado atuar com câmbio flexível e intervir quando a taxa de câmbio entrar em patamar que possa comprometer o comércio exterior.

Então, vale destacar que o novo Marco Cambial traz mudanças para transações financeiras entre pessoas físicas e jurídicas, viagens internacionais, contas fora do país e para o Comércio Exterior.

A política cambial influencia as reservas cambiais de um país, que são os ativos em moedas estrangeiras mantidos pelo Banco Central. Intervenções diretas no mercado cambial para manter uma taxa de câmbio fixa, por exemplo, podem afetar o nível de reservas cambiais e a capacidade do país de lidar com choques econômicos externos (FERREIRA, 2005).

A valorização ou desvalorização da moeda causa implicações para a competitividade das exportações e importações do país bem como para o fluxo de capital e investimentos estrangeiros e é de importância para as políticas monetárias cambiais.

A taxa de câmbio tem impacto significativo na competitividade das empresas do país, especialmente as envolvidas no comércio internacional. A política cambial afeta o fluxo de capital para dentro e para fora do país. Uma moeda valorizada pode tornar as exportações menos competitivas, atrair mais investimentos estrangeiros e reduzir a inflação, enquanto uma moeda desvalorizada pode aumentar a competitividade das exportações, aumentar os custos de importação, levar à fuga de capitais, o aumento nos preços de importação e contribuir para a inflação (NOGAMI, 2012).

Aspectos conjunturais podem afetar os reflexos positivos do novo Marco Cambial e intensificar os aspectos negativos. Sendo assim, cada setor da economia pode gerar resultados diferentes por causa de sua natureza ou da influência de fatores macroeconômicos, políticos e financeiros ao redor do mundo.

Por exemplo, o setor de petróleo tem características diferentes do setor agropecuário, embora ambos dependem do mercado de câmbio, mas o setor agropecuário sofre influência do clima, custo dos insumos, fertilizantes e decisões de plantio de cada país. Então, os preços desses produtos podem comprometer o mercado de câmbio, uma vez que cada aumento em dólar gera aumento igual ou maior no mercado interno, afetando a taxa de câmbio e a inflação. O setor de petróleo sofre muita influência política e tem a sua receita gerada pelo aumento no preço do barril. Quando os produtores desejam mais receita, podem diminuir a quantidade de barris ofertada ou simplesmente aumentar o preço. Essa decisão afeta a taxa de câmbio de qualquer país (SALAMA, 2010).

Para futuras pesquisas é sugerido que sejam realizados estudos sobre o fluxo de divisas depois da atuação do novo Marco Cambial e sobre o comportamento da taxa de câmbio em relação às políticas implementadas, tanto por meio de pesquisa qualitativa como de pesquisa

quantitativa. A primeira tratando de aspectos teóricos e contextuais e a segunda com o reforço de dados numéricos da balança comercial e do mercado de câmbio.

REFERÊNCIAS

BANCO Central do Brasil (2023). **Consultas Públicas Encerradas**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/audpub/AudienciasEncerradas?0>. Acesso em: 01.04.2023.

BITTENCOURT, G. M; CAMPOS, A. C. Efeitos da instabilidade da taxa de câmbio no comércio setorial entre Brasil e seus principais parceiros comerciais. **Economia Aplicada**, v. 18, n. 4, 2014, pp. 657-678.

BRASIL Banco (2023). **Novo Marco Cambial**. Modernização e fluidez da legislação do mercado de câmbio e capitais internacionais. Disponível em: <https://www.bb.com.br/site/proseunegocio/comercioexterior/novomarcocambial/#:~:text=Entenda%20o%20Novo%20Marco%20Cambial,ao%20Banco%20Central%20do%20Brasil>. Acesso em 10.03.2023.

BRASIL Banco Central (2022). **Resolução BCB nº 277 a 282 de 31/12/2022**. Publicada no DOU de 31/12/2022, Seção 1, p. 1-9. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20BCB&numero=277>. Acesso em 01.04.2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento**. Estudos Avançados 26 (75), 2012.

FERREIRA, L. R. Taxa de câmbio social e abertura comercial. **Economia Aplicada**, 9(4): 645-662, out-dez 2005.

KRUGMAN R. P.; OBSTFELD M; MELITZ M. J (2015). **Economia Internacional** (2015). © 2015 by Pearson Education do Brasil Ltda.

LAAN, C. R. V; CUNHA A. M; FONSECA P. C. D. Os pilares institucionais da política cambial e a industrialização nos anos 1930. **Revista de Economia Política** 32 (4), 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/mmsXM8PDzVGpPN85DwHHhyw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16.05.2023.

LEI Nº 14.286 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. Diário Oficial da União Publicado em: 30/12/2021 | Edição: 246 | Seção: 1 | Página: 6. **Órgão**: Atos do Poder Legislativo. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.286-de-29-de-dezembro-de-2021-370918314>. Acesso em: 01.04.2023.

LUPORINI, V; SOUZA, F. E. P. A política cambial brasileira de facto: 1999-2015. **Estud. Econ.** 46 (4). Oct-Dec 2016. <https://doi.org/10.1590/0101-416146495v1fs>. Acesso em 16.05.2023.

MARQUETTI, A *et al.* Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020. **Revista de Economia Política**, vol. 43, nº 2, pp. 309-334, abril-junho/2023.

Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.scielo.br/j/rep/a/tGvJrQKr4qmNnsMth5LR3BB/%3Fformat%3Dpdf%26lang%3Dpt&ved=2ahUKEwjl2JedqfvAhWwH7kGHbfYCewQFnoECBIQAQ&usg=AOvVaw2M57mtYz6WPvAMAo mk3JJI>. Acesso em 16.05.2023.

NOGAMI, O. **Economia**. Curitiba: IESDE Brasil, 246p.: 24 cm, 1.ed. rev. 2012. –

PASCHOALINO, P. A. T.; CALDARELLI C. E; PARRÉ J. L. (2017). Taxa de Câmbio e Renda Externa como determinantes da balança comercial de produtos básicos no estado do Paraná, 2000 a 2015. **Revista de Economia** 42 (2), 2017. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_I/i5b916b1d453973f650133d779d5d565e5.pdf&ved=2ahUK EwjW8uy57Yn-AhX

PLANALTO (2022). Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 14.286, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114286.htm. Acesso em 01.04.2023.

ROCHA, M; CURADO, M; DAMIANI, D. Taxa de câmbio real e crescimento econômico: uma comparação entre economias emergentes e desenvolvidas. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 4 (124), pp. 528-550, outubro-dezembro/2011.

SALAMA, B. M. **Regulação cambial entre a ilegalidade e a arbitrariedade**: o caso da compensação privada de créditos internacionais. Fundação Getúlio Vargas, Direito GV, 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4293/Working%20paper%2050.pdf>. Acesso em 18.03.2023.

SENADO (2023). **Saiba o que muda com a entrada em vigor do novo marco cambial**. Da Agência Senado | 04/01/2023, 17h17. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/04/saiba-o-que-muda-com-a-entrada-em-vigor-do-novo-marco-cambial>. Acesso em: 01.04.2023.

SICSÚ, J. **Taxa de câmbio dentro de uma estratégia de desenvolvimento**. v. 11 n. 1 (2009): É a taxa de câmbio um fator de desenvolvimento em PEDs? Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34871/20127>. Acesso em 18.03.2023.

SILVA, F. A *et.al.* Comércio internacional e crescimento econômico: uma análise considerando os setores e a assimetria de crescimento dos estados. **Nova Economia**. v.28 n.3 p.807-848 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/2951>

SILVA, F. A; FREITAS, C. O; MATTOS, L. B. Volatilidade da taxa de câmbio e seus efeitos sobre o fluxo de comércio dos países da América do Sul. **Revista de Economia Contemporânea** (2016) 20(2): p. 229-249. ISSN 1980-5527.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

SILVA, R. C; SANTOS, J. A. A Influência do Marco Cambial no Comércio Exterior. **Rev. FSA**, Teresina, v. 20, n. 8, art. 8, p. 161-179, ago. 2023.

Contribuição dos Autores	R. C. Silva	J. A. Santos
1) concepção e planejamento.	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X